



Estado do Pará

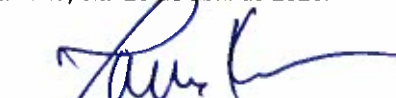
Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No vigésimo nono dia do mês de abril do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se virtualmente a Câmara Municipal de Belém - CMB, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Foi feita inicialmente a leitura dos nomes dos vereadores participantes para verificação de quórum e estes eram: Simone Kahwage, Mauro Freitas, Gleisson Silva, Joaquim Campos, Wilson Neto, Marciel Manão, John Wayne, Neném Albuquerque, José Dinelly, Toré Lima, Enfermeira Nazaré, Igor Andrade, Paulo Queiroz, Professora Nilda Paula, Professor Elias, Fernando Carneiro, Rildo Pessoa, Émerson Sampaio, Fabrício Gama, Dr. Elenilson, Dr. Chiquinho, Amaury da APPD e Pablo Farah. Havendo quórum, presidente abriu a sessão. Passando-se diretamente para a Primeira Parte da Ordem do Dia, foram colocadas em votação e aprovadas por unanimidade as atas referentes à 05ª, 06ª, 07ª, 08ª, 10ª e 13ª sessões ordinárias do 1º Período da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. O presidente comunicou aos demais parlamentares que seria feito um minuto de silêncio em homenagem póstuma a diversas personalidades falecidas nesta semana, sendo decretado inclusive luto oficial na Câmara Municipal de Belém. Entre as perdas citou o ex-deputado federal Gérson Peres, o ex-deputado federal Asdrúbal Bentes, o senhor Édson Silva (agente distrital de Icoaraci), os funcionários da CMB Isaías Aguiar, José Domingos da Silva Júnior e Ana Rosa Pristes e o ex-vereador desta Casa senhor Manoel Memória. O vereador Joaquim Campos solicitou que tal homenagem se estendesse também ao sargento da Polícia Militar, senhor João Carlos Oliveira Campos, vitimado pela Covid-19 na segunda-feira anterior, havendo a este pedido a anuência do presidente Mauro Freitas. Fez-se então um minuto de silêncio e, findo este ato, o presidente estendeu a homenagem aos trabalhadores da saúde vitimados pela pandemia (a pedido dos vereadores Dr. Chiquinho e Enfermeira Nazaré Lima), ao senhor Francisco Melo (a pedido do vereador Fabrício Gama), ao senhor Aurival Moraes (a pedido do vereador Adriano Coelho) e aos pastores da Igreja do Evangelho Quadrangular Edsom Beleza e Dorizes Valente (a pedido do vereador Paulo Queiroz). Retomou-se posteriormente a votação do requerimento do vereador Sargento Silvano solicitando a inserção nos Anais de Casa de matéria publicada no site da *internet* G1/Pará intitulada "Governo lança linha de crédito especial aos microempresários afetados pela crise do Covid 19 no Pará" e de matéria publicada no site do jornal O Liberal intitulada "Bolsonaro sanciona auxílio de R\$ 600 a informais". Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade com vinte e oito votos favoráveis. Justificaram seus votos os vereadores Adriano Coelho, Sargento Silvano, Enfermeira Nazaré Lima e Émerson Sampaio. O presidente Mauro Freitas expôs então Questão de Ordem de autoria da Mesa, feita anteriormente no chat, propondo que as sessões virtuais fossem realizadas somente às terças-feiras devido ao risco representado para os funcionários que deveriam comparecer presencialmente à CMB para dar suporte ao trabalho legislativo e ao risco existente para si, que também estaria presente durante a realização das sessões virtuais. O vereador Fernando Carneiro solicitou que nesta sessão realizada semanalmente somente os projetos estabelecendo medidas para enfrentar a crise provocada pela pandemia fossem discutidos e votados e que esta fosse estendida o tempo necessário para a finalização da discussão dos projetos, proposição não acatada pela Mesa. Manifestou-se posteriormente o vereador Joaquim Campos. Posta em votação, a Questão de Ordem foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos favoráveis, seis votos contrários e uma abstenção. Justificaram seus votos os vereadores Sargento Silvano, Fernando Carneiro, Adriano Coelho, Émerson Sampaio, Toré Lima e Pablo Farah. Fez-se em seguida a leitura do requerimento de autoria conjunta dos vereadores Dr. Elenilson, Professor Elias, Pablo Farah, Rildo Pessoa, Mauro Freitas, Bieco, Marciel Manão, Zeca Pirão, Fabrício Gama, Lulu das Comunidades, Sargento Silvano, Professora Nilda Paula, Joaquim Campos, Blenda Quaresma, John Wayne, Nehemias Valentim, Paulo Queiroz, Moa Moraes, José Dinelly, Celsinho Sabino, Wellington Magalhães, Igor Andrade, Adriano Coelho, Henrique Soares, Gleisson Oliveira, Amaury da APPD, Toré Lima, Simone Kahwage, Wilson Neto, Émerson Sampaio e Neném Albuquerque solicitando que fosse aprovada e enviada ao Executivo Municipal, em caráter de urgência urgentíssima, a proposta de projeto de lei de iniciativa do Legislativo Municipal

que institui no município de Belém o Sistema de Atendimento Médico "Doutor Online", a ser realizado durante a pandemia causada pelo novo coronavírus. Fez o encaminhamento o vereador Fernando Carneiro e pediu que fossem incluídos os vereadores da bancada do PSOL – Enfermeira Nazaré Lima, Dr. Chiquinho e Fernando Carneiro - como coautores do requerimento e do projeto. O vereador Amaury da APPD também pediu que fosse incluído como coautor do requerimento e do projeto o vereador Altair Brandão. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, com trinta votos favoráveis. Em seguida, o presidente justificou a não participação na sessão dos vereadores Henrique Soares e Blenda Quaresma devido a problemas de saúde. Justificaram seus votos os vereadores Riido Pessoa, Igor Andrade, Joaquim Campos, Enfermeira Nazaré Lima, Fabrício Gama, Lulu das Comunidades, Professora Nilda Paula, Gleisson Oliveira, Mauro Freitas. A seguir, o vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem solicitando saber o teor do requerimento aprovado anteriormente e pedindo que fossem incluídos como coautores do projeto que institui o Sistema de Atendimento Médico Doutor Online os vereadores da bancada do PSOL e o vereador Altair Brandão. O presidente explicou que, não sendo permitido ao Legislativo Municipal criar projetos que gerem despesa ao município, aprovou-se enviar à Prefeitura de Belém o projeto que cria o Doutor Online para que a PMB o assumisse e o reenviasse à CMB para discussão e aprovação, havendo tratativa anterior com o prefeito Zenaldo Coutinho nesse sentido. Não consentiu posteriormente que os vereadores da bancada do PSOL e o vereador Altair Brandão fossem aceitos como coautores do projeto. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de participação na sessão. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Retomou-se então a discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que "Altera a Lei 7854, de 31/07/1992, para incluir representantes da Defensoria Pública no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente", constante no Processo nº 778/19, de autoria do vereador Amaury da APPD. Pronunciou-se em seguida o vereador Sargento Silvano. O vereador Toré Lima pediu depois Questão de Ordem e comunicou que somente votaria projetos que tratassem de medidas relativas à pandemia, adotando a obstrução na votação dos demais projetos. Manifestaram-se posteriormente os vereadores Wilson Neto, Bioco, Igor Andrade e Nehemias Valentim. Fez-se a seguir a leitura do projeto e da emenda feita a ele, de autoria do vereador Wilson Neto. O vereador Fernando Carneiro pediu Questão de Ordem observando que a emenda do vereador Wilson Neto não se aplicava apenas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Comdac, mas incluía a participação de membros da Ordem dos Advogados do Brasil e da Defensoria Pública a todos os conselhos municipais, o deveria constituir, opinou, matéria para elaboração de outro projeto. O presidente respondeu que tal observação já fora feita anteriormente à Mesa Diretora pela Diretoria Legislativa deste Poder e a emenda fora adequada para aplicar-se somente ao Comdac, caso fosse aprovada. Informou que uma alteração na redação da emenda nesse sentido fora realizada pela Diretoria Legislativa, com a aquiescência do vereador Wilson Neto. Posta em votação, a emenda foi aprovada por maioria, com vinte e sete votos favoráveis e uma abstenção. Posteriormente, os artigos do projeto foram colocados em votação, em bloco, sendo aprovados por maioria, com vinte e seis votos favoráveis e uma abstenção. O presidente declarou então aprovado o projeto que "Altera a Lei 7854, de 31/07/1992, para incluir representantes da Defensoria Pública no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente", constante no Processo nº 778/19. Justificaram seus votos os vereadores Fernando Carneiro, Wilson Neto e Amaury da APPD. Findo o período estabelecido regimentalmente, o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às onze horas e quarenta e oito minutos. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson Santos, Mauro Freitas, Professor Elias e Pablo Farah, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Fabrício Gama, Bioco e Marciel Manão, pelo bloco PMN – Patriota – PR - Solidariedade; Lulu das Comunidades, Sargento Silvano e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD - PTC; Celsinho Sabino, Wellington Magalhães e Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Altair Brandão, Amaury da APPD, pelo bloco PT – PC do B; John Wayne e Joaquim Campos, pelo bloco do MDB; Riido Pessoa pela bancada do PTB; Gleisson e Igor Andrade, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim, Paulo Queiroz e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Adriano Coelho pela bancada do PDT; Dr. Chiquinho, Fernando Carneiro e Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Simone Kahwage, Wilson Neto e Toré Lima, pela bancada do Republicanos; Emerson Sampaio, pelo PP; Neném Albuquerque, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 29 de abril de 2020.


1º Secretário


Presidente


2º Secretário